

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU
Ata da 250ª (Ducentésima Quinquagésima) Reunião Ordinária
Dia 19 de outubro de 2018

Às 09:00h (nove) horas do dia 19 de outubro de 2018 (dois mil e dezoito), na sala de reunião da Secretaria de Planejamento Urbano, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência do Dr. João Batista Meira Braga. Havendo número legal, o presidente declarou aberta a reunião. Fazendo a leitura da pauta.1 - Aprovação/Assinatura da Ata da 249ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto 2018. 2 – Apresentação dos Planos de manejo das unidades de conservação do Recife (planejamento e o status). Dr. Carlos de Oliveira Ribeiro Filho, secretário- executivo de Controle Ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente. 3 – Apresentação do Plano de Ordenamento Territorial / Revisão do Plano Diretor. Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, Presidente do Instituto da Cidade do Recife Eng^o Pelópidas Silveira. 4 - Informes/ Outros. Estiveram presentes os conselheiros: Dr. João Batista Meira Braga, Presidente, Dra. Taciana Maria Sotto-Mayor, suplente do Presidente, Dra. Emília Márcia Teixeira Avelino (Mana), Gerente de Processos Urbanísticos – SEMOC (titular), Dra. Luzia Silmira Meira (Mira), Chefe da Divisão de Normatização e Análise Viária - DILURB (suplente), Dra. Andréa Karla Amaral Galiza, Procuradora da Procuradoria Geral do Município (suplente), Dr. Carlos de Oliveira Ribeiro Filho, Secretário executivo de Controle Ambiental- SDSMA (suplente), Dr. Leonardo Bacelar de Araújo, Diretor Executivo de Regularização Fundiária e Desapropriação – Secretaria de Infraestrutura e Habitação (suplente), Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, Presidente do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira (titular), Dra. Luciana Maria Félix de Queiroz Rio, Gerente de Assessoria Jurídica - Secretaria de Saneamento (titular), Dra. Norah Helena dos Santos Neves, Diretora de Habitação - Autarquia de Urbanização do Recife – URB (titular), Dra. Ana Cristina Assis de Oliveira, arquiteta representante da Agência CONDEPE/FIDEM (titular), Dr. Fabiano Rocha Diniz, representante do MDU/UFPE (suplente), Dra. Renata Duarte Borba, Superintendente do IPHAN/PE (titular), Dr. Marcelo de Brito Albuquerque




PREFEITURA DO
RECIFE

Pontes Freitas, representante do IPHAN (suplente), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante do SINDUSCON/PE (titular), Dr. João Geraldo Siqueira de Almeida, representante da ACP (titular), Dr. Gleyson Vitorino de Farias, representante da FEMICRO/PE (suplente), Dr. Eduardo Fernandes de Moura, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Sylvio Romero Gouveia Cavalcanti, representante do CREA/PE (suplente), Dr. Diógenes Sócrates Robespierre de Sá, representante do CORECON/PE (titular), Dra. Sandra Pires Barbosa, representante da OAB/PE (suplente), Dr. Marcos Germano dos Santos Silva, representante do SAEPE (titular), Dr. Marcos Carvalheira de Mendonça, representante do IAB/PE (titular), Sra. Maria Lúcia da Silva, representante da FIJ (titular), Sr. José Cleto Machado de Oliveira, representante MNLN/PE (titular e o Sr. João José da Silva, representante do Fórum do Prezeis (suplente). Em seguida, Dr. João Braga passou para o item 1 da pauta - Aprovação/Assinatura da Ata da 249ª Reunião Ordinária, realizada no dia 24 de agosto de 2018. Ata aprovada. Continuando, passou para o 2º item da pauta – Apresentação dos Planos de manejo das unidades de conservação do Recife (planejamento e o status), convidando Dr. Carlos de Oliveira Ribeiro Filho, secretário-executivo de Controle Ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, para fazer a apresentação. “Antes de mais nada quero agradecer ao secretário e presidente do CDU, Dr. João Braga pelo convite de apresentar esse trabalho que está sendo realizado nas unidades de conservação do Recife, que sintetiza culminando com à elaboração do Plano de Manejo dessas áreas. Conversaremos sobre a Estratégia de Planejamento e Gestão que elaboramos para realizar o Plano. Falarei um pouco sobre o Plano de Manejo em si. Veremos quais são as áreas que chamamos de unidade de conservação. Apresentarei um mapa com as unidades de Conservação de Natureza do Recife – UCN. 25 UCN, totalizando 8.422 hectares em 39 bairros. 38% do território do Recife. Áreas prioritárias para a conservação. Corredores Ecológicos. Serviços ambientais e ecossistêmicos. Proteção de Mananciais hídricos. 5 APA, 1 ARIE, 1 Parque e 18 Unidades não categorizadas. Nenhuma possui Plano de Manejo ou Conselho Gestor. Sobreposição com algumas UC estaduais. 1 – UCN Lagoa do Araçá. 2 – Parque dos Manguezais. 3 – UCN Tamandaré. 4 – UCN Jordão. 5 – UCN São Miguel. 6 – APA Campo do Jiquiá. 7 – UCN Joana Bezerra. 8 – UCN Mata do Barro. 9 – APA Engenho Uchôa. 10 – APA Mata da Várzea. 11 – UCN Curado. 12 – UCN Dois Unidos. 13 – UCN Dois Irmãos. 14 – UCN Beberibe. 15 – UCN Caxangá. 16 – UCN Orla Marítima. 17 – UCN Sítio dos Pintos. 18 – UCN Matas do Curado. 19 – UCN Mata das Nascentes. 20 – UCN

Iputinga. 21 – UCN Estuário do Rio Capibaribe. 22 – APA Açude de Apipucos. 23 – UCN Sítio Grande. 24 – APA das Capivaras. 25 – ARIE Ilha do Zeca. PLANO DE MANEJO -

DEFINIÇÃO: A Lei nº 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. **MARCO LEGAL:** LEI Nº 18.014/2014 - INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES PROTEGIDAS – SMUP. Art. 15. As UCN devem dispor de um Plano de Manejo, a ser aprovado pelo órgão gestor ambiental municipal e por demais órgãos ou instâncias, cuja consulta ou análise sejam legalmente obrigatórias. § 1º O Plano de Manejo de uma UCN deve ser elaborado no prazo de até 05 (cinco) anos, a partir da data de sua criação, devendo ser revisado por igual período, excetuando-se as UCN criadas antes da presente lei, cujo prazo contará da data de publicação deste diploma legal. § 2º.... § 3º Na elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo, deve ser assegurada a participação popular, bem como a apreciação do conselho gestor da respectiva UCN, além do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM e do órgão gestor ambiental municipal. § 4º. O Plano de Manejo é composto propriamente desses quatro itens abaixo: 1. **DIAGNÓSTICO:** Meio Físico, Meio Biótico, Meio Antrópico, Aspectos Normativos/Legais, Ações Correlacionadas. 2. **CATEGORIZAÇÃO E ZONEAMENTO:** Conceitos, objetivos e normas, Zonas, Subzonas, Setores, Mapas / imagens. 3. **PROGRAMAS DE MANEJO:** Programas, Subprogramas. 4. **PLANOS ESPECÍFICOS:** Atividades / responsáveis / prazos. Tudo com a participação social. **PARTICIPAÇÃO SOCIAL:** Reuniões, Oficinas, Seminários, Conselhos, Grupos de Trabalho, Parcerias, COMAM, GT Instâncias internas da Prefeitura (SDSMA, SEMOC, SEGOV, PGM, SEPLAN/ICPS), Termo de Cooperação com o Estado – SEMAS E CPRH. **DIAGNÓSTICO = CAMPO + DADOS SECUNDÁRIOS + OFICINAS + DRONE:** Articulação e logística + Mobilização + Geoprocessamento + Escrita. Apresentarei agora um mapa com as áreas de sobreposições de Unidades de Conservação Municipais e Estaduais - Acordo de Cooperação Técnica SDSMA/SEMAS/CPRH para compartilhamento de informações e trabalho em conjunto (assinado em 02/04/18).

| UCNs MUNICIPAIS | UCs ESTADUAIS |
|------------------------|--|
| 1. UCN Beberibe | 1. APA Aldeia-Beberibe e Parque Dois Irmãos (área expandida) |
| 2. UCN Dois Irmãos | 2. Parque Dois Irmãos (área original) |
| 3. UCN Dois Unidos | 3. FURB Dois Unidos |
| 4. UCN Matas do Curado | 4. RVS Matas do Curado 5. RVS Mata São João da Várzea |
| 5. APA Engenho Uchôa | 6. RVS Engenho Uchôa |

Destacamos muito essas sobreposições porque não deve haver duas regras para o mesmo local, e infelizmente é o que ocorre. Como nos estruturamos para fazer esse projeto - Início dos trabalhos: Dez/17 a Mar/18 Contratação de Equipe Multidisciplinar, por Seleção Simplificada: Biologia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal, Jornalismo, Sociologia, Assistência Social e Apoio Administrativo. 15/03/18 - Início do contrato, Oficina de Recepção e Nivelamento da Equipe, coleta de dados para Diagnóstico (pesquisa secundária e dados de campo). Apresentações ao COMAM – Estratégia e Ações Executadas (Maio e Julho/18). Interfaces com Instituições de Ensino e Pesquisa: UFRPE, IPA e UFPE. Interface com as Secretarias. Grupo de Trabalho das Instâncias Municipais e Comissão de Secretários Municipais: SDSMA, ICPS/SEPAN, PGM, SEGOV e SEMOC. Instância de participação social consultiva (Port. Nº 1684 de 17/08/18). Realizadas 4 reuniões em 07/02; 08/03; 05/06 e 20/08/18. Temas tratados: Cronograma de elaboração dos Planos de Manejo; Andamento das atividades da Fase de Diagnóstico; Relação dos Planos de Manejo com o Plano Diretor; Pontos de atenção como a presença de criatórios de camarão nas UCNS, etc. Apoio no processo decisório do Executivo Municipal. Reuniões ordinárias ao final de cada fase de construção dos Planos de Manejo (Categorização, Programas e Planos Específicos). Proposição de formação com os mesmos componentes do GT (SDSMA, SEPLAN, SEMOC, PGM, e SEGOV) ou incluir outras do Plano Diretor (SIHAB, SESAN, SEFIN, SEMUL, SEPLAGP, GABIMP). Na fase de Diagnóstico podemos

ver tudo que já fizemos nas 25 UCNs: Campo (20), Drone (16), Oficina (11), Participantes(365) e Escrita (02). As atividades destas UCNs: Estuário do Rio Capibaribe e Orla Marítima serão iniciadas em 2019. Na fase de Diagnóstico – Campo, mostrarei fotos da equipe trabalhando fortemente na obtenção de dados primários – fauna, flora, uso e ocupação do solo, impactos e perturbações ambientais. Apresentarei um quadro com imagens de 2018 nas 25 UCNs: Sobrevoos com Drone (16), Ortomosaico (10), Mapeamento (10). Geoprocessamento e tratamento de imagens – maior nível de precisão dos dados primários e ampliação das possibilidades de análises e elementos de gestão ambiental das UCNs. Ortomosaico e Mapeamento realizados em 10 UCNs. Conversaremos agora sobre o aplicativo criado para o projeto e para gestão da UCNs (podendo ser disponibilizado para uso da sociedade). Serão disponibilizados para uso público através do E-SIG. A participação social está sendo feita da seguinte maneira: Para as Oficinas de Participação Social foram estabelecidos 11 agrupamentos de UCNs, conforme características, problemáticas e localização. Estão previstas de 45 a 55 oficinas de participação social em todo o projeto (podendo haver variações conforme ajustes de agrupamentos e necessidades específicas). → Participação de Moderador especializado em elaboração de Planos de Manejo e Planos Municipais da Mata Atlântica. Articulação com a SEGOV – Apoio no mapeamento e mobilização dos atores sociais, participações no Seminário, Oficinas e reuniões específicas (reuniões iniciadas em abril/18). 07/06/18 - Seminário “Unidades de Conservação da Natureza: Construindo Planos de Manejo” – Apresentação da Estratégia de Elaboração dos Planos de Manejo aos diversos atores sociais (comunidades, proprietários, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos, ONGs, etc.). 133 participantes. 26/06 a 23/08/18 – Oficinas de Participação Social nas UCNs - Envolvimento dos atores sociais no processo (Comunidades locais e do entorno das UCNs, associações, ONGs, órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, proprietários de áreas nas UCNs, empresas locais, etc.), incorporando suas visões, expectativas e contribuições. 365 participantes em 11 oficinas, contemplando 23 UCNs. Próximas Fases: Nov/18 a Jan/19 – Oficinas da Fase de Zoneamento, Mar a Abr/19 – Oficinas da Fase de Elaboração dos Planos Específicos, Jul a Dez/19 – Devolutiva aos atores sociais, Set/19 a Fev/20 - Oficinas da Fase de Criação dos Conselhos Gestores. Já entramos na fase que chamamos de Categorização, que é dar os nomes e dizer mais ou menos o que se pode e o que não pode. Para categorizar temos que obedecer as regras da Lei Federal, que divide as categorias em Proteção Integral e Uso Sustentável. Proteção Integral: REBIO – Reserva

da Biosfera, ESEC – Estação Ecológica, PARNA/PE/PNM – Parque Nacional / Estadual / Municipal, MONA – Monumento Natural, RVS – Refúgio da Vida Silvestre. Uso Sustentável: APA – Área de Proteção Ambiental, ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico, FLONA / FLOE – Floresta Nacional / Estadual / Municipal, RF – Reserva de Fauna, RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RESEX – Reserva Extrativista, RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural, FURB – Floresta Urbana. A Fase de Zoneamento, a lógica é dividir a área em zonas, dizendo o que se permite e o que não se permite, e o porquê. Conceitos / Descrições / Objetivos. Usos proibidos, permitidos, a serem incentivados. Elementos importantes: Áreas relevantes para a conservação, preservação ou recuperação. Identificação de usos e ocupações do solo (atuais e potenciais). Situação Fundiária e perfil das propriedades. Análise de imagens e modelagens. Compatibilização com os objetivos das categorias de manejo. Zonas: Zona de Ambiente Natural e Zona de Uso Antrópico. - Subzona de Administração, - Subzona de Visitação, - Subzona Cultural, - Subzona de moradia, Zona de Amortecimento e Zona de Atenção Especial. Setores: Setor de Restauração e Setor de Regularização Fundiária. → Orientações e normas para os diferentes graus de proteção e modalidades de usos. Avaliação Técnica e Jurídica de questões como mudança de limites (redução de áreas devem ser estabelecidas por Lei e precedidas de consulta pública que justifiquem tal procedimento) – Leis do SNUC / SEUC / SMUP. Não pode haver redução de limites das UCN em razão de ocupações irregulares – Lei do SEUC. Na fase de elaboração dos Programas de Manejo temos: Definição dos programas e estratégias de gestão ambiental a serem aplicados nos territórios. Devem ser aplicados às diversas UCNs, conforme suas características, problemáticas e potencialidades. Conceitos/Tipologias/Diretrizes. Perfil de Ações Funcionamento e gestão de Monitoramento. Possíveis Eixos Temáticos: Educação Ambiental e Uso Público, Estudos Ambientais e Pesquisas Científicas, Monitoramento Ambiental, Recuperação de Áreas Degradadas, Controle Ambiental / Fiscalização, Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, Regularização Fundiária, Sustentabilidade da Gestão das UCNs e Comunicação. Como vamos fazer os Planos de Manejo específico – a aplicabilidade dos Programas de Manejo nas realidades de cada UCN. Esses planos envolvem uma série de Instituições, conflitos legais, um desafio muito grande. Elementos importantes: Definição dos objetivos de conservação e objetivos de manejo de cada UCN (em consonância com objetivos da categoria e características das áreas). Definição de ações e atividades a serem estabelecidas em cada programa, para cada UCN.



Responsáveis e cronograma. Atenção às necessidades e oportunidades de gestão de cada área. Estrutura proposta para a documentação dos Planos de Manejo. Nível Estratégico: de Gestão e Conservação Integradas. Objetivo: Definir as atribuições e compromissos de cada órgão ou instância com responsabilidades no SMUP, bem como dos procedimentos para sua implementação (Lei 18.014/14, Art. 52 §1º). Instrumento: Portaria do Secretário Municipal (Lei 18.014/14, Art. 52 §2º. Nível Tático – Planos de Manejo (25 Planos Específicos). Objetivo: Estabelecer o zoneamento, as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade de conservação (Lei 18.014/14, Art. 2 Inc.26º). Decreto do Executivo Municipal (Lei 18.04/14, Art. 52 §2º). Nível Operacional: Concelhos Gestores: Nomeação dos Conselheiros. Portaria da SDSMA. Regimentos Internos: Estabelecimento da Regras dos Conselhos. Portaria SDSMA. Planos de Ação: Ações, prazos e responsáveis para execução dos Programas de Manejo. Portaria ou Instrução Normativa da SDSMA. Para finalizar apresentarei nosso cronograma:

CRONOGRAMA

Estamos aqui



| Ano | 2017 | | | 2018 | | | | | | | | | | 2019 | | | | | 2020 | | | | | | | | | | | | |
|---------------------|------|---|---|------|---|---|---|---|---|----|---|---|---|------|---|---|---|---|------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|--|
| Meses | O | N | D | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D | J | F | M | A | M | J | J | A | S | O | N | D | J | F | M | |
| Estruturação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Diagnóstico | | | | | 1 | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Categorização | | | | | | | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Zoneamento | | | | | | | | | | | | | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | | | | | | | | | | | |
| Programas de Manejo | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Planos Específicos | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 2 | | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | |
| Conselhos Gestores | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

1. Autorização ao processo
2. Edital de Seleção
3. Plano de Trabalho
4. Priorização e agrupamentos das UCNs
5. Formação do GT de Instâncias Municipais
6. Seleção da Equipe
7. Acordos SEMAS/CPRH
8. Aquisição de equipamentos e materiais
9. Apresentação ao COMAM
10. Formação da Comissão de Secretários

1. Reuniões do GT
2. Seminário e Oficinas de Participação Social
3. Sistematização e análise de informações Primárias e Secundárias
4. Elaboração de Textos e Base cartográfica
5. Reunião CT COMAM

1. Proposição de Categorias de Manejo
2. Avaliação Jurídica
3. Reunião do GT
4. Reunião de Comissão de Secretários



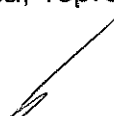
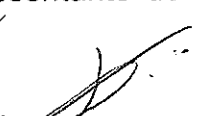
1. Proposição Técnica preliminar
2. Oficinas de Participação Social
3. Definição de Zonas, Subzonas, e Setores
4. Avaliação Jurídica
5. Reunião do GT
6. Apreciação pelo COMAM

1. Definição de Programas de Manejo
2. Avaliação Jurídica
3. Reunião do GT
4. Reunião da Comissão de Secretários
5. Apreciação pelo COMAM

1. Oficinas de Participação Social
2. Planos Específicos (10 em Maio/19 e 15 em Ago/19)
3. Avaliação Jurídica
4. Reunião do GT
5. Reunião da Comissão de Secretários
6. Apreciação pelo COMAM
7. Decretos de Publicação dos Planos de Manejo
8. Devolutiva à sociedade

1. Estratégia de Formação de Conselhos Gestores
2. Oficinas Participativas
3. Composição dos Conselhos Gestores
4. Proposição de Regimentos Internos
5. Avaliação Jurídica

Essa é a ideia geral. É muito importante a participação de todos. Esperamos continuar conversando neste fórum, na próxima fase – Zoneamento, abertos para contribuições que serão bem vindas.” Concluída a apresentação, Dr. João Braga parabenizou e agradeceu ao Dr. Carlos Ribeiro pela apresentação do trabalho e deu início ao processo de discussão passando a palavra ao conselheiro Marcos Carvalheira de Mendonça, representante do

IAB/PE. "Gostaria de solicitar que sempre que o titular do IAB, que sou eu tomar uma posição, que esta seja registrada em ata. Falo isso pois na reunião, passada o IAB votou contra o projeto na Estrada da Mumbeca no bairro da Guabiraba e na ata não constou nominalmente o IAB. Quanto à apresentação é impressionante o tamanho, a extensão relativa da área, objeto do trabalho: 38% do território do Recife. Naturalmente, grande parte dessa área já tem algumas ocupações consideradas indesejáveis, mas são fatos. Gostaria de saber se já existe uma estimativa da extensão da soma desses espaços. Quanto isso representaria desses 38%?" Passando a palavra à conselheira Ana Cristina Assis de Oliveira, representante da Agência CONDEPE/FIDEM. "Não entendi por que a FIDEM não está envolvida nesse processo. Hoje, estamos numa parceria com a CPRH para revisão do Plano de Proteção dos Mananciais. A segunda pergunta: na UCN Beberibe, está prevista modificação do Decreto? Vai haver modificação de área? Ou se vai absorver a vocação da área. Vocação de expansão na cidade." Continuando, o presidente passou a palavra à conselheira Mira Meira, representante da SEMOC. "Antes de mais nada, parabenizo a Secretaria de Meio Ambiente pelo trabalho. Gostaria de saber como está sendo a participação social nessas oficinas. Elas produzem um mapa muito rico. No Plano Diretor de 2008, discutíamos muito sobre as áreas de UCNs. Sabemos que têm ocupações irregulares, mas que haja envolvimento dessa população, não expulsão como bem citou Carlos Ribeiro. Como está sendo essa participação?" Em seguida, Dr. João Braga passou a palavra ao Dr. Carlos Ribeiro para as explicações necessárias. "Começarei pela colocação do conselheiro Marcos Mendonça do IAB. Estamos atualizando as ocupações dessas áreas. Temos alguma coisa preliminar, ainda em desenvolvimento. A grosso modo, 70% do que é área de unidade de conservação permanece com cobertura vegetal. Foi uma surpresa. Os outros 30% estariam com ocupações. Quanto à participação da FIDEM, questionada pela sua conselheira representante, Ana Cristina, não temos e é muito difícil estabelecer uma unificação de contato com todos. Priorizamos alguns entes para um contato mais contínuo. Optamos em trabalhar a nível estadual com a Secretaria de Meio Ambiente e a CPRH. No grupo de trabalho que fizemos na Prefeitura, não foi possível envolver todas as unidades. Na realidade um grupo grande não é efetivo. Toda matéria de relevância, a SEMA e a CPRH são canais, fios de troca de informação. Sobre a realização de um novo Decreto ou não, vai depender do Diagnóstico. O que vai dizer é o resultado do trabalho. Por exemplo: se for sinalizado que tal área que hoje é destinada como unidade de conservação e está totalmente descaracterizada, 100% ocupada, sem vegetação. Dizer que

essa área não é mais uma UCN, não poderá ser por Decreto, sim por lei específica. O Decreto cabe para aquela situação de não haver modificações de limites, de áreas de proteção de categorias. O Decreto seria mantido para alguns ajustes do tipo e grau de uso. Modificações maiores e mudanças de proteção seriam por leis específicas. Quanto à colocação da conselheira Mira Meira, sobre participação social, nosso contato direto é com a Secretaria de Governo, nosso carro chefe para fazer as articulações com as comunidades. Mas, também mantemos contato direto com a comunidade. Além disso, fizemos uma contratação de um especialista de moderação que tem penetração com metodologia específica, para que a participação seja mais efetiva possível.” Prosseguindo, Dr. João Braga passou a palavra ao conselheiro José Cleto Machado de Oliveira, representante do MNLM. “Quais e quantos foram os conselhos que vocês apresentaram esse trabalho? Faço parte de alguns conselhos e no CDU, represento o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e não tomei conhecimento de nenhuma apresentação feita por vocês. Quando temos reunião, por exemplo com a EMLURB, a comunidade é convocada. Outra coisa, não temos na cidade do Recife uma formação para o cidadão, no que diz respeito à preservação. O que observamos com frequência é invasão dos Manguezais. Sou conselheiro também do Recife Participa, e até agora não recebi nenhum convite para participar de qualquer oficina.” Passando em seguida a palavra ao conselheiro Fabiano Rocha Diniz, representante do MDU/UFPE. “Quero primeiro parabenizar a Secretaria de Meio Ambiente. Nós que acompanhamos a elaboração do Plano de Manejo da UCN do Sítio dos Pintos, sabemos que está sendo desenvolvido, financiamento com recurso do Fundo Municipal de Meio Ambiente, através da Associação Águas do Nordeste, com participação assídua. Esse processo traz uma série de ensinamentos. Como trabalhamos como colaboradores, observamos que ele traz indicativos positivos na escolha da metodologia, a forma como vem sendo desenvolvida, a abrangência de temas envolvidos. Uma área extremamente complexa. Tratando muitas vezes de interesses comuns, não só local. Precisamos aproveitar e gostaria de saber como esses aprendizados estão sendo usados, para dar respostas às questões colocadas aqui. Citarei a questão da abrangência em si. Imagina-se em algum momento trabalhar com a perspectiva de uma gestão metropolitana? Outro ponto de vista da complexidade. Conseguimos ver certas questões que merecem ser avançadas. Gostaria de saber como isso está sendo absorvido na equipe, nesta fase seguinte.” Dando continuidade o presidente voltou a palavra ao conselheiro Marcos Mendonça do IAB/PE. “Gostaria de aplaudir o trabalho e me solidarizar

ao processo e fazer um registro, lamentando a omissão que já foi sinalizada pela conselheira Ana Cristina, da ausência da FIDEM neste trabalho. Um trabalho que tem escopo essencialmente metropolitano. Todos os problemas de Recife, são distribuídos, assemelhados a todo o conjunto metropolitano. Não faz sentido pensar só na cidade do Recife. Assim andamos pra trás.” Passando a palavra ao conselheiro Diógenes Sócrates Robespierre de Sá, representante do CORECON. “Senti falta de duas coisas nesse planejamento. Uma foi o modelo de referência, a outra, as metas. Peço que nas próximas apresentações sejam feitas com base em metas, para que possamos acompanhá-las. Em seguida, Dr. João Braga passou a palavra ao Dr. Carlos Ribeiro. “Realmente não tivemos participações de conselhos. Excetuando o COMAM (meio ambiente) e alguns conselhos de comunidade. Mas, em todas as oficinas estavam presentes os agentes de saúde, com informações bem pertinentes. Como também, apresentamos o trabalho, atendendo solicitação, em algumas comunidades. Em relação à fiscalização dos manguezais os drones detectaram invasões. Realmente temos muitas dificuldades. Tem que haver a conscientização de uma gestão integrada. Sobre a questão da metodologia mencionada pelo conselheiro do CORECON, Diógenes, estamos usando a metodologia preconizada pelo Sistema Nacional. Como ela é muito ampla, genérica, tem que se fazer o afinamento. Não existe uma metodologia internacional para aplicarmos aqui. São coisas específicas que vamos tratar. Trouxe essa apresentação como primeira, para fazer uma parte genérica. Poderemos trazer na sequência as coisas mais pontuais, mais específicas de dados, de metas, de produto final. O nosso cronograma é mais refinado com às questões das metas, cujo produto final é o Plano de Manejo. A seguir, o presidente retornou a palavra ao conselheiro José Cleto- MNLN. “São preservações na cidade que estão sendo invadidas. Se eu não acreditasse no CDU, não estaria aqui. Volto a dizer, sou também membro do Conselho Recife Participa e não fui convidado para nenhuma apresentação desse trabalho. Os conselheiros são multiplicadores. Quanto à fiscalização o apresentador disse que ela existe, e a execução é de quem? Não pode ser nossa, pagamos nossos impostos para o poder público fazer a parte dele. Na comunidade do Ibura, já fizemos vários Seminários. Em um deles tivemos a participação do Dr. João Braga. Outra coisa, nossas propostas relativas ao meio ambiente nunca foram ouvidas pela Secretaria de Meio Ambiente. Na realidade, só somos repreendidos pela EMLURB, como responsáveis pela sujeira da área.” Neste momento o conselheiro Diógenes, se reportando ao Dr. Carlos Ribeiro, disse; “Só para lembrar que a discussão de meio ambiente é internacional.” Dr.

Carlos Ribeiro agradeceu a todos pelas contribuições e comunicou que entrará em contato com o Conselho da Cidade para fazer uma apresentação desse trabalho. “Para finalizar, quero registrar a presença da Dra. Marília Braga que coordena esse trabalho e é Gerente Geral e Coordenadora das Unidades Protegidas da SDSMA. Apresentação em anexo. Complementando, Dr. João Braga, se reportando ao conselheiro Marcos Mendonça do IAB/PE, falou um pouco sobre a área de Guabiraba. “Área ainda não totalmente ocupada, e num certo momento o Prefeito Geraldo Júlio nos disse: se não tivermos cuidado, essa área se tornará em pouco tempo uma Nova Descoberta ou Vasco da Gama. Os 38% mencionados por Carlos Ribeiro, creio que mais da metade é em Guabiraba. Tem que preservar, mas tem que haver a lógica de preservação e de ocupação. Para que, quem ocupe, ajude a preservar. O Trabalho que a Secretaria de Meio Ambiente está fazendo é fabuloso, e o prazo de maio nos deixa muito animados. Vamos ter as coordenadas, as formas de preservação, também de conservação e de fiscalização. Mecanismos que, com a participação da comunidade, será preservado o que é de todos.” Concluída a discussão, o presidente passou para o item 3 da pauta- Apresentação do Plano de Ordenamento Territorial / Revisão do Plano Diretor, convidando Dr. João Domingos Petribú da Costa Azevedo, Presidente do Instituto da Cidade do Recife Engº Pelópidas Silveira para fazer a apresentação. “Antes de começar nossa apresentação quero parabenizar a equipe da Secretaria de Meio Ambiente pelo trabalho que está sendo realizado. Muito rico, com muitas informações e teremos grandes resultados. No meu assunto específico farei um relato do processo, dos acontecimentos. Vencemos a fase das oficinas temáticas, foram realizadas oito, discutidos temas como: mobilidade, patrimônio, habitação, meio ambiente e na última, tentou se fazer uma espécie de síntese, uma integração maior dos temas. Publicamos no Portal do Plano Diretor, o Diagnóstico preliminar, e sábado p.p, foi publicado o Caderno Preliminar de Propostas, material de discussão para que possamos entrar numa fase mais em cima da proposta que será a revisão em si. Essa publicação foi divulgada no âmbito dos zaps da CCU e do CDU. Faremos uma apresentação das ideias que estão norteando a proposta preliminar, que está aberta. Iremos justamente agora, fazer uma discussão, para que ela possa ser aprimorada, consolidada num Caderno de um Texto Base e vá para a Conferência do Plano Diretor. Iremos realizar um conjunto de seis audiências públicas. Nas seis RPAs fizemos uma leitura comunitária, numa primeira fase do processo. Depois, tivemos as Oficinas Temáticas que não eram territoriais. Agora voltamos às RPAs para fazermos as devolutivas do processo como todo. As Audiências

Públicas serão programadas para acontecer na semana dos dias 29,30 e 31 de outubro. Duas devolutivas vão acontecer em paralelo, sempre no início da noite, no horário das 18:00h. São eventos com a mesma temática. O Caderno está estruturado em cima inicialmente de uma apresentação, depois um capítulo de conceitos e premissas que nortearão o trabalho. No capítulo 2 – Estratégia de Ordenamento Territorial. Depois os princípios fundamentais da política urbana, objetivos e diretrizes. Posteriormente, as diretrizes setoriais da política urbana e fechando a questão do Sistema de Planejamento Urbano Participativo e Gestão Democrática, dando ênfase na questão da informação de cidade e por último as discussões finais transitórias. Darei uma passada rápida nesse documento para vocês terem uma ideia de como ele está estruturado. Além da parte de conteúdo, tem também estratégias ilustradas para facilitar à compreensão da proposta. Na apresentação propriamente dita darei uma focada em alguns pontos e uma ampliada para que possamos nos apropriar um pouco mais. Alguns instrumentos, alguns gráficos para melhor entendimento de como se dá a utilização desse instrumento, que apresenta a questão da proposta do macrozoneamento, e um detalhamento dos conceitos do zoneamento. Convido a todos para se apropriarem do documento e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais, como também para fazer apresentação na instituição que nos convidar. Aproveito para informar que no Portal do Plano Diretor existe uma interface que a população pode entrar. Faz-se um login, um cadastro para que às contribuições sejam vinculadas, como também, ter acesso a todo documento e assim, possa fazer contribuições. Entrando na apresentação, estruturaremos as estratégias do ordenamento territorial, principalmente em cima de cinco eixos, qualidades que estamos buscando para o desenvolvimento da cidade. Eixos: 1- Qualificação das ZEIS com valorização do patrimônio imaterial. 2 – Integrar o patrimônio cultural e ambiental em uma Cidade Parque. 3 – Trabalhar nos bairros. 4 – Morar no Centro. 5 – Adensar os eixos de transporte e mobilidade ativa. Dentro disso temos cinco grandes estratégias. A primeira dela é da Inclusão Socioterritorial. Nesse sentido destacamos alguns pontos: Melhorar a justa distribuição de ônus e bônus do desenvolvimento urbano – CA Básico 1 / OODC. • Associar recursos da OODC prioritariamente para regularização fundiária e urbanística. • Estimular a ocupação de imóveis ociosos ou subutilizados na área central para viabilizar programas sociais como locação social para moradia no centro – HIS. • Ampliar as ZEIS como reconhecimento do direito à cidade e garantia de habitabilidade, incorporando áreas de vazios urbanos para viabilizar a implantação de novas unidades habitacionais. •

Implantar rede de equipamentos sociais acessíveis nos bairros e associados à rede de transporte público e priorizar o atendimento às ZEIS associado aos projetos urbanos como Operação Urbana. Outra estratégia, o Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável. Destacamos: Ampliar a rede de linhas de transporte intraurbano rápido, articulado ao SEI – transporte público de qualidade e melhor distribuídos. • Associar o adensamento construtivo e populacional aos sistemas de transporte de média capacidade – 5 minutos de caminhada. • Estabelecer parâmetros residenciais de alta densidade nos novos anéis de circulação de transporte público. • Desestimular o transporte individual por meio da não exigência de número mínimo de vagas de estacionamento. • Incentivar a mistura de usos e a permeabilidade das quadras ao longo dos anéis com instrumentos como fachada ativa e fruição pública. • Incentivar a mobilidade ativa por meio de incentivo à ampliação de calçadas, atendimento à acessibilidade universal, implantação de mobiliário urbano, ciclofaixas, bicicletários e paraciclos. A terceira estratégia se apresenta como: Recife Cidade Mulher, Cidade Acessível, a partir do reconhecimento das diferenças de vivência de mulher, de criança, de pessoa com deficiência e idoso na cidade. Isto está baseado na questão da necessidade de: Formar uma rede de equipamentos públicos interligada, conectada, acessível e com iluminação pública adequada, visando à melhoria da qualidade de vida nos bairros e a ligação direta entre eles. • Potencializar o uso dos espaços públicos de modo a aumentar a segurança das mulheres, reconhecendo as diferenças de vivência e formas de circulação da cidade na perspectiva de gênero. • Condicionar novos projetos urbanos como operações urbanas à implantação de creches, viabilizando a equidade de oportunidades para mulheres acessarem o mercado de trabalho. • Prioridade para o tratamento dos espaços públicos visando o atendimento das normas de acessibilidade universal para que as pessoas portadores de deficiências tenham equidade no acesso e direito à cidade, além de sua completa fruição. Numa quarta estratégia, são estratégias simples que depois orientam a questão do próprio macrozoneamento e zoneamento. Reduzir distâncias, ampliar as centralidades, ocupar o centro. Para isso temos que: Ampliar as oportunidades de trabalho nos bairros e de moradia no centro. • Estimular e potencializar as centralidades existentes e as novas nos cruzamentos dos anéis com as principais radiais. • Oferecer incentivos econômicos visando a uma melhor distribuição dos empregos na cidade. • Incentivar a potencialização de centralidades nas áreas de morro vinculadas aos transportes públicos existentes e previstos (teleféricos), assim como as atividades culturais. • Valorizar o comércio de rua,

em parcerias com associação de comerciantes. • Aplicar os instrumentos de desestímulo aos imóveis ociosos ou subutilizados na área central, tais como PEUC, IPTU progressivo no tempo, Dação por Pagamento, Arrecadação de bens abandonados. • Estimular parcerias dos proprietários de imóveis vazios no centro com o Poder Público visando ao aluguel social e definir diretrizes para viabilizar retrofit de edifícios. Por último, a quinta estratégica é o conceito de Recife Cidade Parque: Articular elementos do patrimônio histórico, cultural e meio ambiente, configurando conectores ambientais e culturais numa Macrozona de ambiente natural e cultural, como forma de potencializar o tratamento das áreas de preservação da cidade, através de instrumentos urbanísticos. • Reconquistar a relação com as frentes d'água, promover a intensificação da arborização, a ampliação de calçadas e ciclofaixas e estimular a mobilidade ativa (criando uma zona de baixo carbono), de modo a estimular a retomada da vivência nos bairros. São estratégias importantes de articulação dos elementos de identificação do Recife. Percebemos ao longo do Capibaribe uma presença grande de área de patrimônio histórico. Uma estratégia de tentar associar uma leitura de áreas mais natural com o patrimônio, um tema que surgiu de forma muito forte nas oficinas temáticas. A conformação e valorização do sistema hídrico ambiental, esse sistema hoje do nosso macrozoneamento, tem a MAC e MANC. A MACROZONA DO AMBIENTE NATURAL E CULTURAL (MANC) compreende áreas caracterizadas pela presença de maciços vegetais preservados, das águas, do patrimônio histórico e cultural como elemento estruturador do território. Os parques, praças, áreas verdes e de fragilidade ambiental, que demandam condicionantes especiais para sua ocupação, passam a integrar o sistema como conectores ambientais. A articulação entre os principais elementos identitários da cidade do Recife, a forte presença das águas, através de sua costa e da presença dos rios e canais, e o patrimônio histórico edificado resultante de seus quase quinhentos anos de história, conforma um sistema capilar na cidade do Recife que valoriza seus próprios atributos e qualifica os espaços por onde passa. OBJETIVOS PRINCIPAIS: valorização, preservação e recuperação, de forma sustentável e estratégica, dos recursos naturais e culturais da cidade, articulados de modo a formar um sistema integrado. A MANC é compartimentada em Zona de Ambiente Natural (ZAN), Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) e Zonas Especiais. A MACROZONA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (MAC) abrange as demais áreas urbanas, caracterizadas pela predominância do conjunto edificado ou com aptidão para edificação. Predomina a intensidade de ocupação e diversidade de usos e tipologias. OBJETIVOS PRINCIPAIS: valorização, conservação,



adequação e organização do espaço edificado da cidade. A MAC é compartimentada em Zonas de uso e Zonas Especiais. Aí teremos a construção do zoneamento do Plano Diretor do Recife de 2018 – Zonas, Zonas Especiais, parâmetros e instrumentos.

ZONA DE AMBIENTE NATURAL (ZAN): localiza-se na porção oeste do município com predominância de áreas não urbanizadas e forte presença de remanescentes de matas nativas e Unidades de Conservação da Natureza (UCN), cujos parâmetros urbanísticos serão definidos por Planos de Manejo, atualmente em elaboração. Está identificada e compartimentada de acordo com as bacias onde se localizam, a saber: ZAN Beberibe, ZAN Capibaribe e ZAN Tejiú. **OBJETIVO:** recuperação de áreas degradadas, garantia de padrões sustentáveis de ocupação, sustentabilidade na produção eco comunitária, integração de espaços verdes e promoção da educação ambiental.

ZONA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ZDS) OBJETIVO: requalificar o espaço urbano coletivo, permitir a convivência de usos múltiplos no território, recuperação de áreas degradadas, implantação de corredores ecológicos urbanos, garantia de padrões sustentáveis de ocupação, integração de espaços verdes, proteção dos elementos já construídos e reconhecidos como marcos na paisagem, de programas de revitalização de cursos d'água, implantação de ciclofaixas e ciclovias sobre esta rede ambiental estruturadora do território.

ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL (ZEPH AMBIENTAL E RIGOROSA): áreas formadas por sítios, ruínas, conjuntos ou edifícios isolados de expressão artística, cultural, histórica, arqueológica ou paisagística, considerados representativos da memória arquitetônica, paisagística e urbanística da cidade. Ver item Zonas Especiais deste Caderno Preliminar de propostas. **OBJETIVO:** proteger, recuperar, valorizar e fomentar usos sustentáveis do patrimônio.

ZONAS ESPECIAIS DE CENTRALIDADE (ZEC) OBJETIVO: assegurar a salvaguarda das formas de usar a cidade e de reconhecer o comércio popular por sua significância cultural. Como por exemplo ZEC Alto José do Pinho, ZEC Bomba do Hemetério e o reconhecimento do valor cultural das tradições de matriz africana em Água Fria. Seja em função da potencialidade turística, cultural, gastronômica, ou econômica em função do Comércio, serviços ou logística, as ZECs buscam delimitar áreas de incentivo a formação de polos capazes de atrair empregos e potencializar dinâmicas nos bairros, diminuindo a necessidade de deslocamento diário no sentido bairro-centro.

ZONA CENTRO (ZCENTRO) OBJETIVO: aplicar estratégias para intensificação do uso residencial em função da infraestrutura instalada, intensa rede de transporte público, usos não



PREFEITURA DO
RECIFE

residenciais e comércio popular em consonância com suas características culturais e históricas. ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 1 E 2 (ZEIS 1 E 2) OBJETIVO: reconhecer o direito à cidade das comunidades instaladas e priorizar investimentos na garantia das condições de habitabilidade dos moradores, seja por meio de urbanização e regularização fundiária (ZEIS 1) ou construção de habitação de interesse social (ZEIS 2). ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL 3 (ZEIS 3) OBJETIVO: reconhecer o direito à cidade das comunidades instaladas e priorizar investimentos na garantia das condições de habitabilidade dos moradores com parâmetros condizentes com as condicionantes ambientais do território onde se inserem. ZONA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA (ZRU) OBJETIVO: adensamento populacional e construtivo com incentivos ao uso misto em fachadas ativas e estímulo à mobilidade ativa, para que se diminuam as distâncias e se estimule a relação entre os espaços públicos e privados. ZONA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ZAC) OBJETIVO: Ordenar o adensamento das áreas em consonância com a infraestrutura urbana instalada nas diferentes áreas da planície, da orla e dos morros. ZAC – ORLA ZAC – PLANÍCIE 1 e 2 ZAC – MORROS. Apresentaremos agora o Quadro de Zoneamento, o Fator de Planejamento Proposto para o Plano Diretor de 2018.

O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR DO RECIFE 2018
Zonas, Zonas Especiais, parâmetros e instrumentos

| PD 2018 | | | | |
|-----------|----------------|--------|-----------|--------|
| Macrozona | Zona | CA min | CA básica | CA max |
| MANC | ZAN Beberibe | N.A. | 1 | 1 |
| | ZAN Capibaribe | N.A. | 1 | 1 |
| | ZAN Tejipó | N.A. | 1 | 1 |
| | ZAN Orla | N.A. | 1 | 1 |
| | ZDS Beberibe | 0,7 | 1 | 1,5 |
| | ZDS Capibaribe | 0,7 | 1 | 2 |
| | ZDS Tejipó | 0,7 | 1 | 1,5 |
| | ZDS Centro | 0,7 | 1 | 2 |
| MAC | ZAC Morros | 0,3 | 1 | 1,5 |
| | ZAC Planície 1 | 0,3 | 1 | 3 |
| | ZAC Planície 2 | 0,7 | 1 | 2 |
| | ZAC Orla | 0,3 | 1 | 3 |
| | ZCentro | 0,5 | 1 | 3 |
| | ZEC | 0,5 | 1 | 4 |
| | ZRU | 0,4 | 1 | 4 |

MAPA DO ZONEAMENTO PROPOSTO

Legenda

Macrozonas

- MANC - Macrozona do Centro
- MAC - Macrozona da Área Central

Zonas Especiais

- ZAN - Zonas Especiais de Interesse Social
- ZDS - Zonas Especiais de Interesse Social
- ZAC - Zonas do Ambiente Construído
- ZRU - Zona de Reestruturação Urbana
- ZEC - Zona Especial de Comércio

Zonas Especiais de Interesse Social

- ZAN Beberibe
- ZAN Capibaribe
- ZAN Tejipó
- ZAN Orla

Zonas Especiais de Interesse Social

- ZDS Beberibe
- ZDS Capibaribe
- ZDS Tejipó
- ZDS Centro

Zonas do Ambiente Construído

- ZAC Morros
- ZAC Planície 1
- ZAC Planície 2
- ZAC Orla

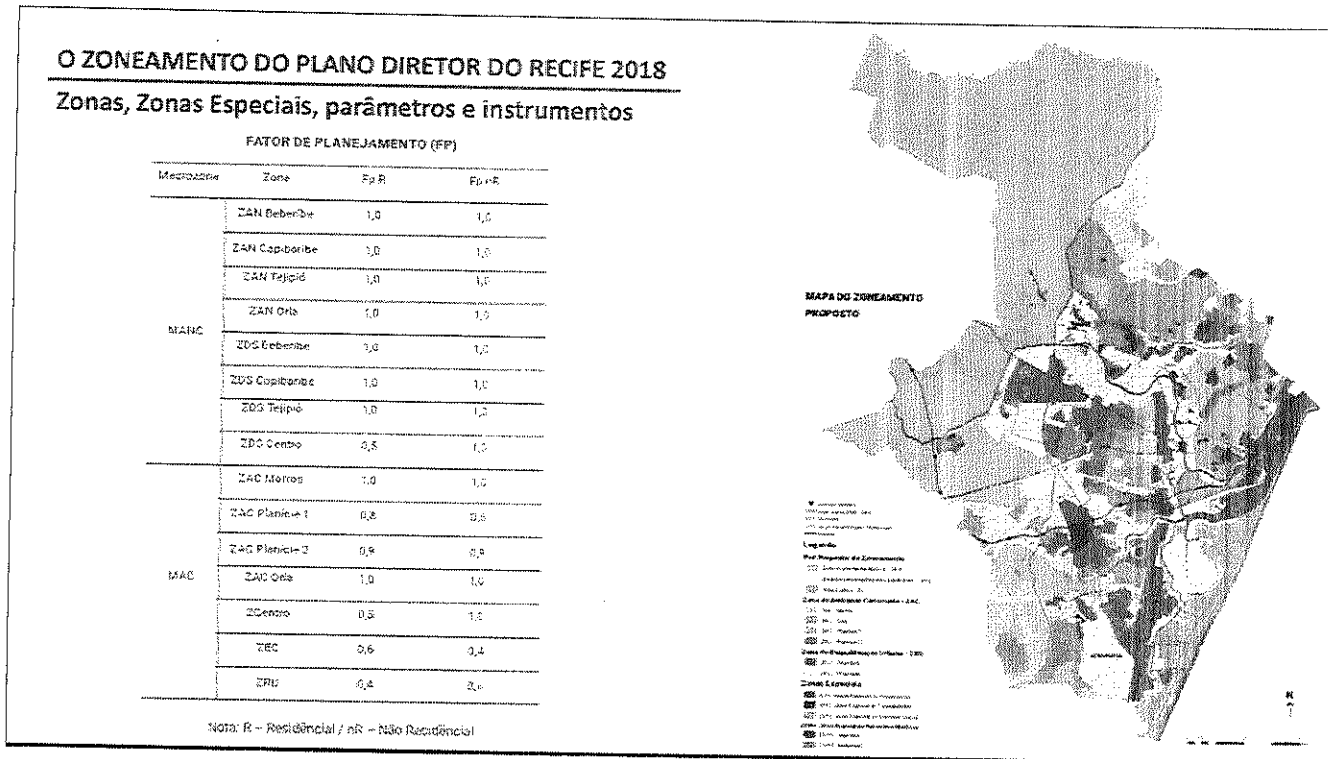
Zona de Reestruturação Urbana

- ZRU Centro

Zona Especial de Comércio

- ZEC Centro

[Handwritten signatures and marks]



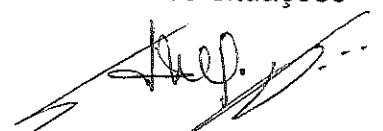
Em paralelo, temos, e está no Caderno, o que chamamos de Fator Social. Por exemplo, a produção de habitação de interesse social de qualquer área da cidade, o fator é zero (0). Então, ele zera o valor de outorga. Se você tiver uma produção que estamos denominando de (HMT) do mercado popular com determinadas limitações de valores em função da renda, se tem um desconto significativo. Os descontos poderão ser somados. Existe uma proposta do ponto de vista da implantação do instrumento de coeficiente básico urbanitário, de que no primeiro ciclo de 5 anos, há isenção da cobrança. Chegando até a zerar a isenção. Concluindo, reforço mais uma vez que é uma proposta preliminar. Proposta para que possamos discutir, aperfeiçoar, em seguida, levá-la à Conferência do Plano Diretor.” Apresentação em anexo. Concluída a apresentação, Dr. João Braga deu início ao processo de discussão passando a palavra ao conselheiro Marcos Carvalheira de Mendonça, representante do IAB-PE. “Primeiro quero me congratular com João Domingos, pela quantidade boa de propostas válidas. Precisando é lógico, serem discutidas, amadurecidas. Mas, parece-me que o trabalho está bem conduzido. Não posso deixar de fazer um registro, até revoltado, pela ausência de um plano metropolitano. Recife é totalmente integrada à sua Região Metropolitana. Circulando, não sabemos identificar o começo de uma e o final da outra cidade. E aí, naturalmente, surge o registro da falta de comentários, posições e avaliações das intercorrências, das interferências que existem e



continuarão a existir, dificultando a formulação do Plano Diretor do Recife. Outra coisa, é sobre a participação social, que hoje foi levemente tocada pelo conselheiro José Cleto do MNLM. A população do Recife e da Região Metropolitana, é predominantemente desigual. A população não tem instrução, grande parte dela é analfabeta funcional (lê um texto e não é capaz de interpretar). Isso implica na quase impossibilidade de se fazer entender gráficos, mapas e curvas de desenvolvimento, que são apresentados em reuniões com essa população. Temos como minimizar essa situação. Nas cidades menores sempre podemos contar nas Prefeituras com professoras primárias, agentes de saúde com capacidade de mobilizar a população. Assim, a população comparece às reuniões, tratam levemente das questões, se pronunciam sobre o assunto discutido. Existe possibilidade real de se fazer a coisa mais efetivamente. Outra coisa, senti falta da avaliação do Plano Diretor de 2008. Sugiro que nestes mapas bonitos apresentados, além das cores, que tenham texturas.” Passando a palavra ao conselheiro Diógenes, representante do CORECOM/PE. “Quero mais uma vez parabenizar o ICPS. Estou impressionado com a qualidade do planejamento apresentado. Para mim é o melhor planejamento de um plano que tive oportunidade de ver. Só uma questão me deixou um pouco preocupado, quanto à redução do estacionamento. Porque, o exemplo que tenho na minha área, Afritos, é de espaço muito pequeno. Pergunto: no caso de um incêndio, como os Bombeiros poderão chegar em tempo útil ao local? Os carros ficam nas ruas, impedindo a passagem de carros maiores, como os dos Bombeiros, por exemplo.” Prosseguindo, Dr. João Braga passou a palavra à conselheira Maria Lúcia da FIJ. “Sempre são bonitas as apresentações feitas. Mas, muitas vezes na prática, dá tudo errado. Uma coisa que me preocupou nesta apresentação, foi quando João Domingos falou em recuperação dos imóveis públicos. Como serão estas recuperações? Na realidade, deveriam ser recuperados e destinados à moradia popular. Outra coisa, saneamento não entra no Plano Diretor? Como será valorizado o comércio de rua? Para onde serão relocados? Pois na prática essa relocação nunca deu certo. Temos vários exemplos negativos na cidade. Quanto à colocação do conselheiro Marcos Mendonça do IAB, que a população não tem capacidade de entender o que se diz nas reuniões, ele está bastante equivocado. Nós dos movimentos populares, somos muito bem informados. Quem está distorcendo as coisas é o poder público. Como exemplo, cito a Câmara Municipal do Recife que distorceu as decisões tomadas nas últimas Conferências da Cidade.” Passando a palavra à conselheira Ana Cristina – Agência CONDEPE/FIDEM. “Gostaria de referendar, reafirmar quanto à ausência de um plano

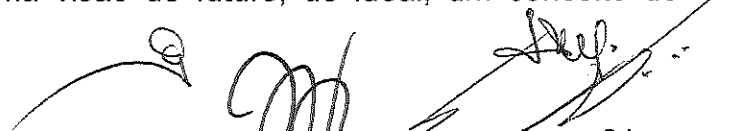
metropolitano. Tudo que acontece em Recife tem rebatimento na Região Metropolitana. O desenho da Via Metropolitana Sul precisa ser refeito, inclusive repensado. A espinha dorsal do Recife está focada no sistema viário, através das perimetrais. Outra coisa: não podemos perder de vista a questão do PDUI. Hoje é uma novidade, vai acontecer. Será desenvolvido na FIDEM, e vai haver interferências nos Planos Diretores da RMR. A FIDEM não poderá ficar de lado, quando tratarmos de questões metropolitanas.” A seguir, o presidente passou a palavra ao conselheiro José Cleto – MNLM. “Costumo batizar essas oficinas realizadas nas comunidades de “the flash”. As pessoas ficam amontoadas numa sala, sem tempo suficiente de se pronunciar, sem condição de opinar. Nós dos movimentos populares somos “doutores das dores”. Sabemos o que queremos e sabemos nos posicionar. Na realidade, não somos ouvidos, respeitados. Na Conferência de Meio Ambiente, tudo que propomos, nada foi respeitado pela Secretaria de Meio Ambiente. Em relação às oficinas, para vocês terem uma ideia, teve RPA que a população se retirou e a oficina não aconteceu. Num ambiente pequeno e quente, uma sala com 40, 50 pessoas. A dor faz com que identifiquemos a realidade. Os representantes dos movimentos populares são capacitados, embora muitas vezes distorcidos e não respeitados pelo poder público.” Neste momento, o conselheiro Marcos Mendonça do IAB, falou: “Eu não disse que as lideranças não entendiam o que era apresentado nas reuniões, o que frisei foi no sentido de trazer a maior parte da população para formulação de discussão das questões. A liderança sabe, mas creio que seja interessante contar com a maior parte da população.” Continuando, Dr. João Braga passou a palavra ao presidente do ICPS, Dr. João Domingos, para os esclarecimentos necessários. “Tanto o conselheiro Marcos do IAB e a conselheira Ana Cristina da FIDEM, reforçaram muito a questão do PDUI. É natural que tenhamos uma leitura, uma visão do papel do território do Recife, sua infraestrutura, sua relação metropolitana. Uma questão de jurisdição e competência. Lamentamos e tínhamos a perspectiva que o PDUI já tivesse sido feito, finalizado. Infelizmente isso não aconteceu. Mas, estamos fazendo o Plano Diretor do Recife. Somos consciente da necessidade dessa integração. Em relação à questão do processo participativo, da ampliação do processo das oficinas, o conselheiro José Cleto do MNLM citou a não realização da oficina na RPA 1. Na realidade, não houve a reunião porque eles queriam discutir outros assuntos. Posteriormente, esta oficina foi realizada com ampla participação. No que diz respeito às dinâmicas das salas, sempre trabalhamos com a estrutura de no máximo 30 participantes por sala. Alguns grupos quiseram participar juntos, mais de uma RPA. Tivemos situações



como: discutir uso do solo, onde todos quiseram estar na mesma sala. Quanto à questão de oportunidade de comércio, temos uma leitura, principalmente nas áreas de integração de metrô. Um potencial muito grande para demanda comercial. Em relação à redução do estacionamento questionada pelo conselheiro Diógenes do CORECON, o próprio mercado tem colocado que, se há necessidade de estacionamento para vender, ele não irá produzir sem o estacionamento. Pode haver algum tipo de desvio, em alguma situação, porque sabe que está comprando sem vaga. Como também não se tem a garantia que a vaga hoje existente na rua, irá permanecer no futuro. Dou como exemplo a Rua Conselheiro Portela, no Espinheiro. Antes, o estacionamento era permitido nos dois lados. Hoje, não se pode estacionar em nenhum dos lados, e as pessoas continuam morando no local. Isso faz parte do conceito da dinâmica urbana. A conselheira Lúcia da FIJ, colocou algumas questões relativas à recuperação de imóveis. Na realidade, se trata de imóveis ociosos, não necessariamente públicos. Do ponto de vista do saneamento, o Plano Diretor propõe diretrizes mais gerais. Pois o mesmo está direcionado na política de saneamento.” Dando prosseguimento, o presidente passou a palavra ao conselheiro Sylvio Romero Gouveia Cavalcanti, representante do CREA/PE. “Quero parabenizar o ICPS, na pessoa do seu presidente João Domingos, pelo excelente trabalho. No caso específico da Macaxeira, onde está o Cotonifício Othon Bezerra de Melo, fui assistente técnico daquela desapropriação. Senti muita dificuldade devido a um grande número de zoneamento. Gostaria de saber se vocês conseguiram colocar essa sobreposição, num só zoneamento?” Passando a palavra à conselheira Sandra Pires Barbosa, representante da OAB/PE, “Não vou entrar na análise do documento, porque vou ler com mais cuidado, embora aparentemente ele contempla muito o que foi discutido ao longo do trabalho. Mas, gostaria de lembrar duas questões que já tinham sido colocadas, tanto no grupo do trabalho quanto no Conselho da Cidade. São importantes para o próprio diálogo. Esses documentos deverão ser produzidos pela Prefeitura, justamente para facilitar o entendimento das propostas: O primeiro documento, uma análise crítica do Plano Diretor atual; o segundo, uma síntese do Diagnóstico, que é composto de mais de 600 páginas. Ficando muito difícil para a população entender. Esse pleito foi também do CAU, da OAB e dos movimentos populares. Esses documentos irão facilitar o diálogo nesse momento da proposta.” Passando a palavra ao Conselheiro Gleyson Vitorino de Farias, representante da FEMICRO/PE. “Só registrar a concordância e o apoio à colocação do conselheiro Marcos Mendonça do IAB, quanto à ausência de um planejamento metropolitano. Creio

que não seja fácil, mas com certeza muito necessário.” Continuando, Dr. João Braga passou a palavra ao conselheiro João José da Silva, representante do Fórum do Prezeis. “Importante esse debate que o ICPS está trazendo hoje ao Conselho. Nós que fazemos parte das lutas populares, temos muitas coisas que precisam aqui serem ressaltadas. Fazendo um coro com o conselheiro do IAB, Marcos Mendonça, em relação ao processo participativo. Desde o início, levantamos que a discussão sobre o Plano Diretor necessitava de um tempo maior. Nesse pequeno tempo não conseguiremos inseri-lo na cidade para o debate necessário. Achamos que não era o momento agora. Inclusive tentamos juntos ao Ministério Público uma interlocução, para uma mudança de conduta, e assim, toda a cidade pudesse participar efetivamente. Nossa solicitação não foi acatada. Propomos nas diversas reuniões do Grupo de Trabalho e no Conselho da Cidade, que o debate fosse levado para as microrregiões da cidade, devido as diversidades existentes nas RPAs. Infelizmente não foi levado em consideração. Além disso a própria oficina de preparação, que foi centralizada no SENAC, na Avenida Visconde de Suassuna, num espaço ruim, sem condições para um bom funcionamento. Outro questionamento que fizemos e também não fomos ouvido, diz respeito a relação que o Plano Diretor do Recife deve ter com o PDUI. Entendemos, por exemplo, que no Consórcio Metropolitano, só duas cidades assinam, é a maior dificuldade de se discutir transporte urbano. E as outras 15 cidades da RMR, onde estão? Outro problema é a relação das ZEIS. A ZEIS 1 já tem uma norma legal, consolidada. A ZEIS 2, o debate não passou no Prezeis. E a discussão na ZEIS 3 precisa ser aprofundada. Logo, nas ZEIS 2 e 3 precisamos de um debate maior para um melhor reconhecimento. Finalizando, precisamos ver uma análise do Plano Diretor atual. Saber o que foi feito pela gestão, o que não foi feito, e o porquê.” Em seguida, o presidente passou a palavra à conselheira Ana Cristina da Ag. CONDEPE/FIDEM. “Quero registrar que no momento da construção do Plano de Mobilidade, o presidente do ICPS, João Domingos procurou a Agência CONDEPE/ FIDEM, mas infelizmente por alguma razão, não sei ao certo, pois ainda não pertencia a agência, ela não participou” Passando a palavra ao Conselheiro Fabiano Rocha Diniz, representante do MDU/UFPE. “O MDU, fará coro com os conselheiros representantes do IAB, OAB, Fórum do Prezeis a respeito dessa postura. Antes gostaria de parabenizar o ICPS, na pessoa do seu presidente, João Domingos pela capacidade que tiveram de condensar todas as propostas. Entendo que o trabalho é preliminar, está aberto à discussão. Aí entra uma dificuldade bastante colocada hoje, neste fórum. Estamos construindo uma visão de futuro, de ideal, um conceito de



cidade que queremos. A Prefeitura irá pautar isso para construir uma cidade, daqui a 500 anos. Tem princípios que estão claros no documento, se tem de respeitar e cobrar. O primeiro deles, acho que está corretíssimo. É a promoção de uma cidade mais igual (equidade) em benefício de todos. O outro, o próprio princípio de participação. Para vocês terem ideia, os critérios: princípio e participação estão citados 21 vezes no Plano Diretor. Logo, precisamos ser coerentes com estas questões. Na realidade, precisamos qualificar a participação e não entendê-la como uma visão dicotômica, esses são os adversários, esses são os contras. Temos necessidade de uma análise do Plano Diretor atual. Inclusive, comprovar no futuro que, ao contrário da lei existente hoje, o novo Plano será construído e aplicado. Fundamental esse aspecto. Como também apresentar a síntese do Diagnóstico, para que se possa conhecer melhor o que foi analisado, assim melhorando a participação. Falando agora especificamente ao Fórum do Prezeis, vejam que ganho tivemos quando começamos a ver incorporado ao Plano Diretor, o respeito às ZIS, que era uma coisa vaga, e passaram a ser entendidas como ZEIS. Para finalizar é importante retomar o adensamento do eixo estratégico do Recife, como pivô, a importância do PDUI, com a responsabilidade de se pensar a metrópole." Neste momento, Dr. João Braga comunicou que as duas apresentações feitas hoje no Conselho, estarão no Portal de Licenciamento. Passando a palavra ao Dr. João Domingos, para finalizar a discussão." Nessa rodada o conselheiro Sylvio do CREA, fez um questionamento sobre a quantidade de zoneamento, uma sobreposição na Macaxeira. De fato é um grande desafio que temos nesse processo. O ideal era condensar tudo num só zoneamento. Mas, nem sempre isso é possível. São naturezas diversas, específicas. Queremos deixar bem claro: o que vale como normativo é a UCN. Entendo que a Lei de Uso e Ocupação do Solo é que fará os esclarecimentos mais detalhados. Fazendo inclusive os detalhamentos das Zonas. Em relação ao prazo, já fizemos um movimento, pois a previsão era fazer num prazo menor. Temos buscado conduzir de uma melhor maneira esse processo. Sobre o questionamento do conselheiro do Prezeis, João José que acionou o Ministério Público, o mesmo entendeu as colocações e condições proferidas pela Prefeitura. Sobre a síntese do Diagnóstico, está sendo providenciada. Esperamos que na próxima semana esteja pronta. Como também a análise crítica do Plano Diretor atual. Embora, entendemos que esta análise está posta no documento, talvez não tenha ficado claro. Mas iremos facilitar o entendimento. Sobre as ZEIS 2 e 3, vamos tentar fazer um debate específico no Fórum do Prezeis, para aprofundar mais essas questões. O conselheiro Fabiano do MDU, mencionou o processo de discussão

na cidade. Temos um acúmulo de várias discussões de Planos Setoriais, de Habitação, Saneamento, Mobilidade, enfim, uma série de questões com muita massa crítica acumulada e também o próprio Recife 500 anos. Na realidade falta muito desses pontos como estratégia de cidade do futuro, que estamos tentando buscar e de alguma forma materializar tudo isso, com a participação necessária da sociedade. Nos colocamos mais uma vez à disposição e convocamos a todos a se apropriarem do documento, seja de forma individual ou pelas entidades, fazendo discussões, elaborando propostas. Nos disponibilizamos também para fazer apresentações do trabalho nas Instituições que nos convidarem. Obrigado a todos.” A conselheira Norah Helena dos Santos Neves, representante da URB, solicitou a palavra para um informe. “Chamamos a Coordenação do Prezeis esta semana e apresentamos o resultado do trabalho, e o que foi incorporado ao Plano Diretor. E fomos convidados para fazer esta apresentação, na próxima reunião do Fórum do Prezeis, para as COMULs.” Finalizando, Dr. João Braga agendou a próxima Reunião Ordinária para o dia 23 de novembro de 2018. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu Graça Sá Barreto, secretária – executiva, lavrei a presente Ata, que vai ser assinada pelos conselheiros presentes. Recife 19 de outubro de 2018.

João Batista Meira Braga – Presidente

Taciana Maria Sotto-Mayor – SEMOC (suplente)

Emília Márcia Teixeira Avelino (Mana) – SEMOC (titular)

Luzia Silmira Meira (Mira) – DILURB (suplente)

Andréa Karla Amaral Galiza – PGM (suplente)

Carlos de Oliveira Ribeiro Filho - SDSMA (suplente)

Leonardo Bacelar de Araújo – Sec. Infraestrutura e Hab. (suplente)

João Domingos P. Costa Azevedo- ICPS (titular)

Luciana M^a Félix de Queiroz Rio – SESAN (titular)

Norah Helena dos Santos Neves – URB (titular)

Ana Cristina Assis de Oliveira – CONDEPE/FIDEM (titular)

Fabiano Rocha Diniz - MDU/UFPE (suplente)

Renata Duarte Borba IPHAN/PE (titular)

Marcelo de Brito A. Pontes Freitas – IPHAN/PE (suplente)

Antônio Benévolo Carrilho – SINDUSCON/PE (titular)



PREFEITURA DO
RECIFE

João Geraldo Siqueira de Almeida- ACP (titular) _____
Gleyson Vitorino de Farias- FEMICRO (suplente) _____
Eduardo Fernandes de Moura -ADEMI-PE (titular) _____
Sylvio Romero Gouveia Cavalcanti- CREA/PE (suplente) _____
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá – CORECON/PE (titular) _____
Sandra Pires Barbosa – OAB/PE (suplente) _____
Marcos Germano dos Santos Silva – SAEPE (titular) _____
Marcos Carvalheira de Mendonça – IAB/PE (titular) _____
Maria Lúcia da Silva – FIJ (titular) _____
José Cleto Machado de Oliveira – MNLM (titular) _____
João José da Silva – FÓRUM DO PREZEIS (suplente) _____